

## PENITENCIÁRIA FEDERAL EM PORTO VELHO - RO

## Estudo Técnico Preliminar 6/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08120.010033/2025-70

## 2. Descrição da necessidade

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação de empresa especializada para o serviço de monitoramento e tratamento de água oriunda de sistema alternativo de abastecimento, mantendo o padrão de potabilidade, por meio de bomba dosadora para adição controlada de hipoclorito de sódio, análises bacteriológica e físico-química, limpeza e desinfecção de reservatório, nos termos da Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 em seu anexo XX, posteriores modificações e legislações correlatas, mediante o regime de execução indireta, para atender as necessidades das Penitenciária Federal em Porto Velho/RO, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, bem como em Termo de Referência e posterior Edital.

A contratação tem a necessidade de dar prosseguimento à prestação de serviço de fornecimento de água potável para os internos custodiados nas instalações das Penitenciária Federal em Porto Velho/RO.

A Portaria da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal (DISPF) nº 11, de 04 de dezembro de 2015, na qual aprova o Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal, em ser Art. 3º, trata da assistência material alimentação:

**Art. 3º** A alimentação ao preso consiste no desjejum, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, atendendo a critérios nutricionais especialmente definidos para a manutenção da sua saúde.

**§ 3º** Será fornecido ao preso, água potável em quantidade suficiente para o seu sustento.

A terceirização é indispensável uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO ADMINISTRATIVA PFPV	LEANDRO DE SOUZA OLIVEIRA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

São requisitos necessários a contratação para os serviços continuados, tais como:

A CONTRATADA deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

A empresa vencedora deve primeiramente efetuar limpeza e desinfecção dos reservatórios de água existentes na Unidade.

Arcar com todos os custos de implantação dos equipamentos disponibilizados, necessários à execução do serviço.

Efetuar a manutenção e substituição, se necessário, dos equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços em tempo hábil, evitando o desabastecimento de água ou alterações no seu padrão de potabilidade.

Encaminhar para o Contratante os resultados de todos os testes efetuados com laudos conclusivos, assinados por profissional tecnicamente habilitado para monitoramento da qualidade da água.

No caso de utilização de quaisquer produtos controlados por órgãos governamentais, apresentar registros ou autorizações de compra, venda, armazenamento e manuseio dos mesmos.

## 5. Normativos Correlatos a Contratação

Os normativos que disciplinam o serviço a ser contratado são:

**Lei Nº 14.133/2021** e suas alterações posteriores (no que couber): regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

**Decreto nº 3.555/2000:** Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

**Decreto nº 10.024/2019:** Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

**Decreto nº 9.507/2018:** Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

**Instrução Normativa Nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

**IN nº 1/2010 - SLTI/MPOG:** Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta;

**Guia Nacional de Contracções Sustentáveis 2º Edição - Setembro de 2019 e possíveis atualizações**

**Lei nº 7.210/1984:** Institui a Lei de Execução Penal.

**Portaria DISPF nº 11, de 04 de dezembro de 2015:** Aprova o Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal.

**Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 em seu anexo XX;** do controle e da vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade (origem: prt ms/gm 2914/2011)

## 6. Levantamento de Mercado

Não há solução única no mercado para o Tratamento e Monitoramento de Água para Consumo Humano. Em breve pesquisa na internet constatou-se uma diversidade de produtos, fornecedores e fabricantes que disponibilizam soluções para demanda.

Dessa forma, buscando-se soluções inovadoras em outros órgãos da Administração Pública no que se refere à Tratamento e Monitoramento de Água para Consumo Humano, verificamos no *sítio* do comprasnet outras contratações, que foram aproveitadas em diversos pontos na presente contratação.

O Setor de Contratos e Licitação desta unidade procedeu com a pesquisa mercadológica conforme determina a **Portaria SE/MJSP nº 1606 - Pesquisa de Preço - MJSP**. Para o presente objeto utilizou-se o inciso I e II do art. 5º da referida norma, conforme documentação em anexo.

Para obtenção do preço de referência foi realizada uma análise crítica preços, com utilização prioritária dos parâmetros previstos nos incisos I e II, do caput deste artigo 5º da supracitada Portaria.

Para definição do preço com base no artº da supracitada Portaria, fora utilizada a Média dos preços obtidos na pesquisa de preço

## 7. Descrição da solução como um todo

A relação dos trabalhos a serem executados para o objeto poderão ser realizadas por Pessoas Jurídicas que estão aptas a prestarem o serviço, considerando tratar-se de serviço comum.

Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

Desta forma, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é o pregão eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados tratamento e monitoramento de Água, que tem como tipo o menor preço, por se tratar de objeto comum onde as especificações e padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, conforme Lei nº 14.133/2021.

Portanto, com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço **comum**, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio de Pregão Eletrônico.

Além disso, os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

De acordo com a IN 05/2017, cabe ressaltar também que **o serviço contratado tem caráter continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra.**

Para fins de execução dos serviços considerar que a vazão da bomba do poço artesiano é de 35m³/h e a capacidade do reservatório é de 150 mil litros, sendo 125 mil litros **destinados ao consumo humano e 25 mil litros voltados para combate ao fogo (emergência).**

A empresa vencedora deve primeiramente efetuar limpeza e desinfecção dos reservatórios de água existentes na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO, destinados ao abastecimento da Unidade Penal, procedimento que deve ser repetido trimestralmente, ou a critério da contratada, caso esta limpeza esteja interferindo nos resultados das análises.

Os serviços serão executados periodicamente, devendo ser realizados:

- a) **Semanalmente:** no mínimo, 01 visita técnica para verificar as condições dos equipamentos e e manter os dosadores de cloro em bom funcionamento.
- b) **Mensalmente:** para entrega de documentos e demais coletas e análises, podendo a documentação ser entregue via e-mail a fiscalização e gestão do contrato.
- c) **Trimestralmente:** limpeza e desinfecção dos reservatórios. Devendo a contratada apresentar cronograma com as data de realização de limpeza com anuência da fiscalização, e ao findo dos serviços apresentar certificado de limpeza e desinfecção.

O serviço contratado compreenderá:

- . Tratamento e controle da água potável;
- . Disponibilizar, enquanto da execução do contrato, **bomba dosadora** de hipoclorito de sódio, **filtro para retenção de substâncias sólidas** e demais equipamentos necessários para a execução dos serviços de monitoramento no tratamento e distribuição de água oriunda de sistema alternativo de abastecimento, mantendo o padrão de potabilidade.
- . Execução da limpeza e desinfecção dos reservatórios de água conforme legislação vigente;
- . Disponibilização de assistência técnica 24 horas ao estabelecimento, mediante número telefônico disponível para acionamento e conforme prazo máximo de 4 horas para início do atendimento;
- . Coletar mensalmente amostras de água e encaminhar para realização de análises laboratoriais sob responsabilidade da contratada;
- . Verificação do residual de cloro nos reservatórios;
- . Visita de técnico para sanar irregularidades e manter os dosadores de cloro em bom funcionamento;
- . Ações corretivas a serem realizadas de acordo com os resultados das análises das amostras coletadas;
- . Serviço de substituição de elementos filtrantes.

Ocorrendo, em qualquer amostra coletada, um índice (parâmetro), fora dos limites estabelecidos pela Portaria 05/2017, do Ministério da Saúde, a CONTRATADA deverá emitir, imediatamente, um relatório discriminado/relacionando as irregularidades encontradas e as ações que irá adotar para eliminar tais irregularidades, isto é, para que os índices (parâmetros) examinados fiquem dentro da faixa de aceitação para o consumo humano, para classificar a água como potável.

A CONTRATADA, deverá apresentar "Relatório Gerencial de Serviços", no início do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Devem constar desse relatório, os indicadores/metras de níveis de serviços acordados e alcançados, recomendações técnicas para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual.

A inserção de cloro na água deve obedecer aos limites máximos para consumo humano, evitando a necessidade de retirada de cloro da água

Arcar com todos os custos de implantação dos equipamentos disponibilizados, necessários à execução do serviço.

Efetuar a manutenção e substituição, se necessário, dos equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços em tempo hábil, evitando o desabastecimento de água ou alterações no seu padrão de potabilidade.

Fornecer todos os produtos químicos, reagentes e outros insumos necessários à execução dos serviços.

Efetuar testes de turbidez para água pós-filtração ou pré-desinfecção (limpeza do reservatório).

Encaminhar ao Contratante os resultados de todos os testes efetuados com laudos conclusivos, assinados por profissional tecnicamente habilitado para monitoramento da qualidade da água.

No caso de utilização de quaisquer produtos controlados por órgãos governamentais, apresentar registros ou autorizações de compra, venda, armazenamento e manuseio dos mesmos.

As irregularidades encontradas detectadas através das análises microbiológicas/bacteriológicas, deverão ser sanadas prontamente pela CONTRATADA, devendo estes custos estarem incluídos no valor mensal contratual.

Se as irregularidades encontradas forem detectadas através das análises físicoquímicas, deverão ser sanadas prontamente pela CONTRATADA, devendo estes custos estarem incluídos no valor mensal contratual.

Qualquer tipo de tratamento da água deverá ser acompanhado pelo Fiscal do Contrato e sempre comunicado com antecedência a CONTRATANTE.

O tipo de tratamento químico é de escolha e responsabilidade da CONTRATADA e deverá ser apresentado por escrito e submetido a CONTRATANTE, para previa aprovação, antes do efetivo início dos serviços.

A Contratada deverá fornecer todo o material e mão-de-obra para a consecução dos serviços.

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar a sua utilização.

Os serviços deverão ser executados preferencialmente entre segunda e sexta-feira, e entre os horários das 08:30 às 16:30 horas, salvo outro horário acordado entre as partes, quando houver necessidade.

Excepcionalmente, em casos de urgência e com prévia autorização da Contratante, estes serviços poderão ser executados fora deste horário, mas sempre com o acompanhamento.

A Contratada deverá cobrir quaisquer despesas com transporte e permanência de seu pessoal durante prestação dos serviços.

A Contratada deverá recolher e destinar todos os resíduos provenientes do serviço.

Caso seja necessário alguma adequação na tubulação do sistema para efetivação do tratamento de água, a Contratada fica responsável por executá-la, após aprovação da Contratante.

## **8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Como método para a estimativa das quantidades a serem contratadas, utilizou-se como base as quantidades utilizadas em contratos anteriores, readequando-se o novo contrato às atuais necessidades e, sempre que possível, racionalizando serviços, afim de diminuir custos sem contudo comprometer os resultados finais.

Foram incluídos os serviços de instalação e substituição de elementos filtrantes, bem como alteração na periodicidade na realização do serviço de limpeza dos reservatórios

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do Valor da Contratação foi realizada através da média aritmética simples e análise crítica das propostas, a qual resultou na exclusão de dois dos resultados.

A Pesquisa de Preços está apensada aos autos.

Com base na IN 65 de 07 de julho de 2021, a equipe de planejamento opta-se por **NÃO** classificar como sigilo os valores referenciais da licitação.

Art. 7º Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, **que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa mercadológica realizada em conformidade com a **Portaria SE/MJSP nº 1.606/2024** e a **Instrução Normativa nº 65/2021**, com utilização prioritária de contratações similares da Administração Pública e dados constantes do Painel de Preços.

Para a composição da cesta de preços, foram considerados os seguintes valores mensais obtidos:

- R\$ 10.736,54 – Painel de Preços (Compras Governamentais)
- R\$ 7.225,00 – Painel de Preços (Compras Governamentais) *(desconsiderado por indício de inexequibilidade)*
- R\$ 8.935,60 – Painel de Preços (Compras Governamentais)
- R\$ 12.000,00 – Painel de Preços (Compras Governamentais) *(desconsiderado por valor excessivamente elevado)*
- R\$ 7.600,00 – Painel de Preços (entes públicos)
- R\$ 8.400,00 – Painel de Preços (entes públicos)
- R\$ 10.500,00 – Painel de Preços (entes públicos)

Nos termos da metodologia adotada, procedeu-se à **análise estatística da amostra**, com apuração dos seguintes parâmetros:

- **Média simples:** R\$ 9.342,45
- **Desvio-padrão:** R\$ 1.775,74
- **Limite inferior:** R\$ 7.566,71
- **Limite superior:** R\$ 11.118,19

A partir desses critérios, foram excluídos os valores considerados **inexequíveis (R\$ 7.225,00)** e **excessivamente elevados (R\$ 12.000,00)**, por se encontrarem fora da faixa de aceitabilidade estatística.

Após a depuração dos dados, obteve-se:

- **Média dos valores válidos:** R\$ 9.234,43
- **Mediana:** R\$ 8.935,60
- **Menor preço válido:** R\$ 7.600,00

Considerando as diretrizes da **Portaria nº 804/2018** e as boas práticas adotadas pelo Tribunal de Contas da União, optou-se pela utilização da **mediana como critério de definição do valor de referência**, por representar de forma mais adequada o comportamento central da amostra, mitigando a influência de valores extremos.

Adicionalmente, conforme consolidado na **Nota Técnica nº 3/2026**, o valor de referência foi definido com base nessa metodologia, garantindo aderência aos preços praticados no mercado .

Dessa forma, o valor estimado da contratação corresponde a:

- **Valor mensal estimado:** R\$ 8.935,60
- **Valor total estimado (12 meses):** R\$ 107.227,20

Ressalta-se que os valores encontram-se devidamente respaldados no **Mapa Comparativo de Preços**, na memória de cálculo apresentada e na análise técnica constante dos autos, assegurando a observância aos princípios da economicidade, vantajosidade e eficiência.

Por fim, registra-se que os documentos que compõem a pesquisa de preços encontram-se devidamente juntados ao processo administrativo, podendo, nos termos da Instrução Normativa nº 65/2021, ser mantidos sob sigilo até a conclusão do certame, quando aplicável.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Tendo em vista a recomendação do TCU de que as compras devem ser divididas em tantos itens (etapas ou parcelas) quantos se comprovarem técnica e economicamente viáveis, o critério de julgamento será o de **menor preço global**, pois os serviços possuem interdependência, fator que será melhor administrado mediante único contrato.

Cumpre-nos enfatizar, ainda, que a opção mencionada justifica-se, tendo em vista que a mesma não restringirá o caráter competitivo do certame, muito menos a perda da economia de escala, a qual encontra-se prevista na Lei nº 14.133/2021 23, sendo necessário registrar que a natureza dos serviços, objeto da presente contratação, requer a opção do critério de julgamento acima citado, em razão do fator de economicidade gerado para a Administração, considerando-se que ocorrerá uma eficiente execução e controle do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela.

Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Cabe informar que o **CONTRATO Nº 13/2021** (14219828), firmado junto à empresa **GHS INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA** e a **Penitenciária Federal em Porto Velho/RO**, cujo o prazo de vigência iniciou-se em 27/04/2021, o valor total atual da contratação é de **R\$ 77.376,64** ( setenta e sete mil trezentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), conforme o Termo Aditivo Quarto SELIC-PV (31340563).

Histórico do Contrato 13 (14219828):

Primeiro Termo Aditivo: Termo Aditivo 17154916

Segundo Termo Aditivo: Termo Aditivo 17241320

Terceiro Termo Aditivo: Termo Aditivo 22800691

Quarto Termo Aditivo: Termo Aditivo 27524046

Quinto Termo Aditivo: Termo Aditivo (31340563)

Apuração de Descumprimento Contratual: 08120.000468/2024-25

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Por tratar-se de serviço essencial, a contratação em comento se alinha aos planos do Departamento Penitenciário Nacional. De acordo com o Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007, que aprovou o Regulamento Penitenciário Federal, os estabelecimentos penais federais têm por finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, como também abrigar presos, provisórios ou condenados, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado, apresentando alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, conforme previsão do § 1.º e 2.º, do art. 52.º da Lei nº 10.792, de 1.º de dezembro de 2003.

O desafio da Administração Pública moderna é assegurar a qualidade na prestação dos serviços públicos aos que se encontram sob custódia do Estado, propiciando condições adequadas e legais para cumprimento de pena, no que tange à(s) assistência(s) material (is), à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, conforme orientações da Lei 7.210/84.

Planejamento da Contratação da Unidade 10844701, item 14.

## 13. Resultados Pretendidos

A presente contratação tem por resultado tratar e monitorar a água para consumo humano.

Disponibilizar a todos os internos custodiados na Penitenciária Federal fornecimento de água potável garantindo a subsistência dos internos.

Garantir o exarado na Lei de Execução Penal, lei nº7.210, Seção II, Da Assistência Material, Art. 12.

## 14. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado. Existem reservatórios (caixa d'água e cisternas) em pleno funcionamento que deverão ser mantidas de acordo com o estabelecido no contrato.

Através da análise, controle de qualidade e acompanhamento do contrato, será verificada a necessidade de eventuais ajustes no futuro.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do contrato deverá obedecer os critérios de sustentabilidade conforme determina o Decreto nº 7.746/2012, na Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19/01/2010, Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Recicláveis utilizando os recipientes para coleta seletiva.

Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a Resolução nº 275/2001, CONAMA, para a identificação, por cores, dos recipientes coletores. Deverão ser disponibilizados pela CONTRATANTE recipientes adequados para a coleta seletiva:

vidro (recipiente verde)

plástico (recipiente vermelho)

papéis secos (recipiente azul)

metais (recipiente amarelo)

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio.

## 16. Duração inicial do Contrato

A presente contratação terá duração inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 10 anos, nos termos do Art. 107 da Lei nº14.133/2021.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

## 17. Fiscalização do Contrato

Os servidores designados preliminarmente são:

Jefferson De Medeiros Silva

## 18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 18.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista, a imprescindibilidade do serviço a esta Unidade Prisional, pois tal contratação visa cumprir o que determina na Portaria nº 518/2004 do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano. A citada norma também impõe aos sistemas de abastecimento alternativos, como o poço artesiano da citada Penitenciária Federal em Porto Velho/RO, a necessidade de manutenção do padrão microbiológico exigido para o consumo humano, através de responsável técnico devidamente habilitado.

## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 33848210

**LUCAS ROCHA PEREIRA**

Chefe Setor de Licitações e Contratos PFPV



*Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 12:18:16.*

Despacho: 33848210

**LEANDRO DE SOUZA OLIVEIRA**

Chefe Divisão Administrativa PFPV